

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Requerimento Nº /05

Autora: Deputada MANINHA

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a questão das relações entre Brasil e Paraguai decorrentes das dificuldades impostas aos brasileiros que desenvolvem atividades na região conhecida como Tríplice Fronteira.

EXMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL:

Nos termos regimentais, requeremos sejam convidados o secretário adjunto de direitos humanos, Mário Mamede; a coordenadora geral de imigração do Ministério do Trabalho, Hebe Teixeira; o conselheiro Hélio Póvoas Júnior, chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Fernando da Costa Lacerda para esclarecer a esta Comissão a situação dos brasileiros que foram impedidos de permanecer trabalhando na Cidade do Leste, no Paraguai. Sugerimos, ainda, que seja convidado especialmente o Excelentíssimo Embaixador do Paraguai no Brasil, Luis Gonzalez Árias, o que, em muito, nos honraria.

JUSTIFICAÇÃO

Até os conflitos mundiais das décadas de 20 e 30 não haviam restrições às migrações: o estrangeiro era um cidadão e podia se fixar onde as condições econômicas fossem mais vantajosas. Nos dias atuais, os países mais desenvolvidos economicamente, como Estados Unidos e Japão, e outros menos desenvolvidos e, por isso mesmo, com problemas de geração de emprego e renda; têm políticas rigorosas de migração.

Os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, construídos a partir da Declaração Universal de 1948, no entanto, os definem como inerentes a qualquer pessoa, em qualquer lugar e incluem um elenco de esferas como os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

A globalização, tem intensificado o movimento migratório no planeta e com isso, as questões básicas de direitos humanos têm sido discutidas sob novos parâmetros e, por conta de negociações de grandes tratados comerciais multilaterais, o mundo está sendo obrigado a debruçar-se sobre os problemas do Trabalho de maneira mais intensa e com novos pontos de vista.

Os fluxos migratórios podem contribuir positivamente para o futuro da humanidade e para o desenvolvimento econômico e social dos países. Eles apontam para a necessidade de se repensar o mundo sob a perspectiva da

cidadania universal, da solidariedade e das ações humanitárias. Os países devem adotar políticas econômicas que contemplem e integrem a produtividade do migrante. Assim, as migrações passariam a ser ganho e deixariam de ser problema.

O Brasil, país tradicionalmente de imigração, está tendo que lidar, pela primeira vez, com o processo contrário: como proteger seus cidadãos que saíram em busca de melhores condições de vida. Temos sido obrigados a negociações intensas com os parlamentos de vários países amigos, como Portugal, México e Japão, por exemplo, na tentativa de diminuir os problemas de nossos emigrantes.

Agora, estamos diante de uma situação difícil porque agressiva, com o vizinho Paraguai (vejam matérias em anexo). Credito que temos que tomar, nesta Comissão, uma posição clara em defesa de nossos irmãos que estão em busca de condições de vida que, infelizmente, não têm encontrado em nosso País. Por isso, precisamos estar melhor informados sobre todas essas situações.

Sala das Comissões,

Deputada MANINHA
PT-DF

Folha de São Paulo

Quarta-feira, 30 de março de 2005

Pág. A10

Mundo

Paraguai expulsa cerca de 100 brasileiros

AMÉRICA DO SUL

Operação na fronteira entre os 2 países foi vista como retaliação a medidas brasileiras para diminuir contrabando. Cerca de cem brasileiros que trabalham em Ciudad del Este, no Paraguai, mas moram em Foz do Iguaçu (PR), foram expulsos ontem durante uma operação de autoridades paraguaias na ponte da Amizade, afirmou o diretor do serviço de imigração paraguaio, Carlos Liseras. "Iniciamos uma operação para controlar a entrada de pessoas, motos, táxis e ônibus e constatamos que havia uma grande quantidade de pessoas sem documentação, que expulsamos", afirmou Liseras. Ele estima que um total de 7.000 a 10 mil brasileiros morem no Brasil e atravessem diariamente a fronteira para trabalhar em Ciudad del Este. Segundo Liseras, a operação verificou que muitos estrangeiros tinham vistos de permanência falsos, com assinatura e carimbos de autoridades locais.

Anulação de documentos

"Vamos tomar medidas para anular esses documentos, que foram feitos com base em declarações falsas e fraudulentas, caracterizadas na legislação penal", afirmou Liseras. Ele abriu 300 processos contra empresários que contratam brasileiros sem documentos e anunciou que o controle se estenderá a centenas de pontos comerciais da cidade. O governo brasileiro implementou há mais de um mês o bloqueio da passagem de mercadorias compradas no Paraguai e prometeu indenizar cidadãos paraguaios que se sintam afetados pela medida. Para autoridades de Ciudad del Este e os paraguaios afetados pelas medidas, a operação paraguaia é uma retaliação a medidas aplicadas pela Receita Federal e pela Polícia Federal brasileiras. Eles acusam as autoridades brasileiras de dissimularem o combate à pirataria exigido pelos EUA, "tomando Ciudad del Este como bode expiatório".

Combate ao contrabando

Carlos Walde, assessor econômico do presidente paraguaio, Nicanor Duarte, disse que o Brasil negocia com os EUA uma ampliação da isenção tarifária de seus produtos dentro do Sistema Geral de Preferências e que há a exigência de que o Brasil mostre que combate o contrabando e a pirataria.

"O Brasil tem sérios problemas com contrabando e produtos falsificados, especialmente com a Microsoft, mas a porcentagem [de produtos] que ingressa no país por Ciudad del Este é ínfima quando comparada com o que entra pelos portos de lugares como Santos", afirmou Walde.

Folha de São Paulo

Quinta-feira, 31 de março de 2005

Pág. A16

Mundo

Crise ameaça bloquear ponte da Amizade

JOSÉ MASCHIO

AMÉRICA LATINA

Brasileiros e paraguaios que vivem do contrabando na região
querem que Brasil afrouxe a fiscalização

Trabalhadores informais, que sobrevivem do contrabando na ponte da Amizade e taxistas paraguaios, com apoio de sacoleiros brasileiros, ameaçam fechar a passagem que liga o Brasil ao Paraguai. Eles aguardam o resultado de uma reunião bilateral, hoje em Assunção, sobre a crise na fronteira entre os dois países -ontem, cerca de cem brasileiros ilegais foram expulsos, numa operação que se seguiu ao aperto da fiscalização brasileira à entrada de produtos vindos do Paraguai.

A expectativa paraguaia é que o Brasil acene com uma flexibilização no trabalho de combate ao contrabando. Mas, segundo o delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, José Carlos Araújo, isso não deverá ocorrer. O chefe do Serviço de Migração do departamento (Estado) de Alto Paraná, Wilmar Monzon, disse que a ameaça de fechamento da ponte "pode ser cumprida caso o governo brasileiro não cumpra sua parte". A parte brasileira, no caso, seria a liberação de R\$ 20 milhões para obras de infra-estrutura em Ciudad del Este, como compensação pela queda nas vendas do município. A liberação já teve parecer favorável do relator da Comissão do Mercosul, deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR).

"A fiscalização [sobre os ilegais] é boa para o Brasil e para o Paraguai. Queremos mostrar que a região vive dentro da lei", afirma Monzon. Ele estima que existam mais de 800 mil brasileiros no Paraguai e "só 350 mil legalizados". Nos três primeiros dias de fiscalização, 310 trabalhadores foram proibidos de ingressar no Paraguai para trabalhar. Monzon afirmou que a tática paraguaia é forçar os comerciantes a demitirem os brasileiros ilegais.